



A REDESCOBERTA DO REAL NO PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO

**EL REDESCUBRIMIENTO DE LO REAL EN EL PENSAMIENTO
CONTEMPORÂNEO**

Camargo, Marcos H.

Universidade Estadual do Paraná-Brasil

marcoshcamargo@yahoo.com.br

Resumo

Este breve ensaio tem por objetivo apontar para o progressivo abandono dos idealismos e das abstrações herdadas do passado neoplatônico ocidental, em direção a um materialismo difuso, sintoma das descrenças pós-modernas que estão erodindo os valores modernos que haviam norteado até aqui as instituições da civilização ocidental.

Palavras-chave: abstração, essencialismo, racionalidade, percepção, estética.

Resumen:

Este breve ensayo pretende apuntar al progresivo abandono de idealismos y abstracciones heredadas del pasado neoplatónico occidental, hacia un materialismo difuso, síntoma de las incredulidades posmodernas que están erosionando los valores modernos que hasta ahora habían sustentado las instituciones de la civilización occidental.

Palabras clave: abstracción, esencialismo, racionalidad, percepción, estética.

Abstract

This brief essay aims to point to the progressive abandonment of idealisms and abstractions inherited from the Western Neoplatonic past, towards a diffuse materialism, a symptom of the postmodern disbeliefs that are eroding the modern values that had so far underpinned the institutions of Western civilization.

Keywords: abstraction, essentialism, rationality, perception, aesthetics.



Introdução

Em seu livro “O Nascimento da Tragédia”, F. Nietzsche questiona Sócrates a respeito de seu desprezo pela vida e sua aposta na razão. Segundo Nietzsche (2020), para Sócrates a vida precisava ser corrigida pela razão humana, de vez que o Bem, o Belo e o Verdadeiro só podiam ser acessados pela racionalidade, que não se encontra neste mundo caótico e sem sentido. Aqui nasce a pretensão de “melhorar o mundo”, baseada na filosofia implementada por Platão, cuja mentalidade vai nortear toda a ação que a civilização ocidental produzirá no planeta e sobre os povos.

Orientado por Parmênides e Sócrates, Platão cinde o real em duas partes, indicando o mundo sobrenatural como modelo e referência da perfeição, e o mundo natural como réplica imperfeita, portanto sujeita a melhoramentos. Aqui, a filosofia deixa de buscar pela vida virtuosa e passa a perseguir a verdade, que se encontra – segundo os essencialistas – no mundo suprassensível e inteligível, bem apartado deste mundo corruptível, tomado por ilusões e sombras, em que vivemos uma vida que Sócrates ensina a desprezar (Onfray, 2008).

Seiscentos anos depois da invenção do essencialismo socrático-platônico, Santo Agostinho procurou dotar a teologia cristã de um estofamento mais filosófico, e encontrou no neoplatonismo o pensamento mais adequado para fundamentar as doutrinas da religião, relacionando o mundo suprassensível de Platão ao céu judaico-cristão, e este mundo natural em que vivemos ao vale de lágrimas, onde os cristãos devem expiar seus pecados.

A associação entre o pensamento neoplatônico, com a teologia cristã, vai dar sustentação ao essencialismo e abstracionismo filosóficos até, pelo menos, o século XIX – foram mais de dois mil anos de idealismo neoplatônico, que fundamentaram a visão de mundo ocidental.

Segundo Nietzsche (2001), seria preciso nos livrar do engano socrático-platônico, para devolver o pensamento a seu justo lugar. Para isso, portanto, seria preciso abandonar o abstracionismo, a duplicidade de mundos e a obsessão com a verdade, desenvolvendo-se uma filosofia que defenda a vida humana, ao invés de forçar as pessoas a se tornarem puros pensamentos.

Consequentemente, mas de uma forma não planejada, a sociedade ocidental finalmente se cansou do abstracionismo neoplatônico e cristão, negando crença à modernidade, por meio de uma caótica revolta apelidada de “pós-modernidade”. A partir dos anos 1970/80, o niilismo nietzschiano se instalou na sociedade ocidental, abandonando o milenar essencialismo neoplatônico e produzindo uma tremenda novidade histórica – uma renascença do período trágico dos gregos, com sua noção de precariedade e finitude humanas, como pré-condição para a compreensão do lugar do humano neste único mundo – o real.

O que a razão tem a ver com isso?

Muito tempo antes dos fundadores da ciência moderna, Descartes, Bacon e Newton, o pensamento grego já buscava o *logos*, a ordem estrutural da natureza, os fundamentos das



causas comuns, os princípios universais, como o ilimitado primordial de Anaximandro. Xenófanes entendeu haver uma divindade inteligente que movia tudo com o pensamento. Heráclito afirmava ser o fogo a origem de tudo. Anaxímenes dizia que o ar primordial dera início ao mundo.

De certa forma, para aqueles gregos, o *logos*, compreendido como o fundamento do discurso, a natureza da própria linguagem, a estrutura da *psyché* e o próprio princípio universal se encontrava por detrás das coisas, servindo-lhe de causa primária. Também entendido como o “comum”, o *logos* é partilhado por todas as coisas e eventos, que ocorrem segundo seu desígnio. Essa nuance do termo vem à tona como um eco: “ouvir o *logos*” – especialmente quando Heráclito comenta sobre a sabedoria dos ouvintes ao “falar em acordo”, *homologien*. (Kahn, 2009: 131). Aqui emerge a importância da razão (*logikè technè*) para os pensadores, de vez que se acreditava que o pensamento racional humano era semelhante à estrutura do próprio mundo.

Críticos, como Diodoto¹, do período helenístico, afirmavam que ao tempo de Heráclito os pensadores já estavam mudando seus discursos sobre a natureza das coisas (*peri phiseós*), para direcionar-se aos discursos sobre a vida do homem em sociedade (*peri politeias*). (Kahn, 2009: 50) O entendimento entre aqueles primeiros pensadores estava em tecer uma analogia entre a ordem do cosmos, o *logos*, e os ordenamentos que fundavam a sociedade humana. A política (*polis+technè*), a arte de governar a cidade, já vinha sendo entendida como uma ciência tributária do *logos*, de vez que o homem também se encontra no *cosmos*, do qual o *logos* é o princípio organizativo. Era preciso encontrar as leis sociais mais justas e racionais para o governo da *polis*, de acordo com os desígnios do *logos* – que se acreditavam ser reconhecíveis pela razão humana.

Muitos marcos na história podem ser considerados como a certidão de nascimento da ciência ocidental. Um desses momentos formidáveis se dá quando Heráclito anuncia que tanto as palavras faladas, como o padrão universal da experiência participam integralmente do *logos*. “A ordem do mundo fala aos homens como uma espécie de linguagem que eles devem aprender para compreender” (Kahn, 2009: 140). Aqui se encontra o entrelaçamento original entre a linguagem humana e a estrutura do mundo.

Conhecer tornou-se o exercício de colocar em palavras aquilo que a experiência humana consegue apreender do mundo, de vez que tanto a palavra humana como o próprio mundo têm o mesmo fundamento no *logos* universal. Nesse sentido, a primeira lógica (*logos+technè*) tornar-se-á a primeira gramática (*graphma+technè*).

Qualquer linguagem, seja aquela da natureza, que Heráclito afirma falar aos homens, seja a linguagem humana formada de palavras, compõe-se de signos e códigos que precisam ser interpretados, para que deles emergja a sabedoria por de trás de suas grafias.

Interpretar é quase sinônimo etimológico de traduzir. Quem interpreta traduz um símbolo em ideias, palavras ou imagens. Mas o papel da interpretação só ocorre quando há uma leitura

¹ Filósofo estoico do século I da era comum, amigo de Cícero, especializado em Lógica.



interna (*inter+legere* = entender), isto é, quando a capacidade humana de entender o símbolo permite sua interpretação. A inteligência é um tipo característico de cognição, especializado em traduzir símbolos em pensamentos organizados na mente (*noos*).

A leitura do mundo sempre foi necessária, não apenas para os humanos, mas também para os animais, pois a todo momento é preciso encontrar abrigo, alimento, proteção e parcerias, que resultam da interpretação que o espécime faz de seu ambiente. A linguagem que traduz o *logos* para a consciência é um método inteligente de leitura dos símbolos naturais e convencionais. A ciência do *logos*, ou seja, a lógica, se constitui por meio de métodos de tradução do mundo, uma leitura inteligente dos signos, cuja dedução conduz ao raciocínio. A razão, por sua vez, é esse resultado das diversas leituras inteligentes dos signos, a partir das sintaxes da linguagem.

Por outro lado, a maioria de nós ainda imagina que a razão é o pináculo da trajetória humana, fim e finalidade do desenvolvimento civilizatório. Para muitos de nós, a razão é uma qualidade sem qualquer negatividade, totalmente positiva, boa, bela e verdadeira. Aprendemos isso a partir dos milhares de anos submetidos ao neoplatonismo vulgar, do senso comum.

Ao privilegiar a razão, o ocidente transformou tudo aquilo que não procede da racionalidade em um perigoso inimigo a ser evitado e suprimido da vida humana. Desse modo, as emoções, as sensações, os sentimentos, as paixões, intuições e desejos foram colocados sob forte vigilância moral, inclusive condenados e suprimidos (quando possível) dos processos cognitivos e intelectuais.

Mas, o que é mesmo a razão, para merecer tamanha reverência do saber instituído?

Em primeiro lugar, a razão não é uma instância superior da mente, para onde o destino humano deve se encaminhar, na medida em que a vida se torna mais lógica. A razão é um instrumento da mente, que consiste na habilidade de ler (*inte-ligir*) as leis naturais que agem no ambiente e imitá-las na forma de leis comunitárias, cujas normas visam o sucesso da coletividade humana e de seus membros.

Vaidade das vaidades dos pensadores, a razão foi incensada como a meta mais alta da humanidade, justamente por um grupo de pessoas que tem a razão como instrumento de trabalho – os intelectuais. Ou seja, trata-se de “puxar a sardinha para sua brasa”, em meio às disputas pelo poder social.

A palavra latina *pondus*, do verbo *pendere* (pesar), vem ao português como ‘ponderação’, um dos atributos da racionalidade, que se transformou na arte de pesar os prós e contras de uma dada situação, de modo a decidir por esta ou aquela ação mais conveniente. Contudo, sopesar vantagens e riscos de uma situação depende fortemente das informações corretas à disposição do juiz (consciência). Sem dados, informações e uma boa memória de experiências, não há razão alguma que possa ponderar sobre a melhor ação em favor do humano. Em outras palavras, a razão não funciona bem sem o auxílio do conhecimento experimental, que lhe oferece elementos para a criação de modelos de mundo para aplicação geral.



Outro risco sempre presente ao juízo racional é tomar a natureza (*phýsis*), pela cultura (*nómos*), quando antropologizamos a realidade. A advertência do sofista Protágoras, segundo a qual “*o homem é a medida de todas as coisas*”, aumenta o perigo das decisões ditas ponderadas. Se a razão só pode examinar as coisas com critérios humanos, ela não analisa o mundo real, mas lida com uma simulação de realidade forjada pelos nossos sentidos.

Condenada à explicação e à simplificação, em função da abstração dos conceitos abrigados na linguagem, a razão filosófica criou um mundo sem mosquitos, sem miasmas, sem fluídos corporais, sem surpresas e com superfícies lisas de ângulos retos. Um mundo condenado por Nietzsche que, através de seus personagens do livro “Assim falou Zaratustra”, declarou que “*tudo o que é reto mente. (...) Toda verdade é curva, porque o próprio tempo é um círculo*”. (Barrenechea et. al, 2001: 123)

“A linha reta, o ângulo reto, o triângulo de ângulo reto. Nós não os encontramos (naturalmente) mesmo quando à primeira vista imaginamos tê-los vistos. Afora a retidão dos cristais, o círculo é a única forma simples da geometria que podemos encontrar na natureza: a vemos no céu, na distância, na forma do sol e da lua cheia. [...] A linha reta é evidência de inteligência e civilização. A linha reta é a impressão digital da consciência”.

Norretranders, 1998: 379/380

A razão não se confunde com a verdade, pois muitas vezes sua função é criar uma mentira útil, que funciona como instrumento organizador da linguagem e das regras de convivência comunitária. Por isso mesmo, vez por outra, é preciso corrigir seus excessos, de modo a nos lembrar que somos seres naturais, pertencentes à realidade deste único mundo realmente existente.

Enquanto não podemos ler o mundo senão como humanos, a razão é o principal instrumento de antropomorfização do real. Por isso, precisamos nos lembrar que a leitura inteligível é parcial (no duplo sentido), de modo que possamos corrigir, de tempos em tempos, o excesso de verdades com as quais a razão nos engana acerca do mundo.

O que é o pensamento? – a pergunta que não quer calar

O pensamento não é uma exclusividade da espécie *Homo sapiens*, pois se trata de um fenômeno mais ou menos presente em todas as espécies animais vertebradas, que possuem um sistema nervoso desenvolvido.

Embora haja diferenças sensíveis entre o pensamento humano e de outras espécies animais, seu emprego nos seres vivos tem aproximadamente a mesma função. O pensamento é um resumo de informações importantes para gerar e gerir a homeostase do organismo, que é comunicado ao cérebro pelos órgãos dos sentidos. O pensamento é formado de afecções, percepções, interocepções, emoções e sentimentos compactados em mensagens organizadas



pelo inconsciente, que se transformam em estratégias de defesa do organismo, com ou sem o juízo da consciência.

No passado, se acreditava que a mente metafísica do homem concebia o pensamento, que “descia” à consciência para sua formatação em atitudes racionais, em favor do indivíduo e da sociedade. Hoje sabemos que o pensamento é uma “explicação” de eventos que ocorrem dentro do alcance sensorial do espécime, na forma de registros perceptivos, de modo a caber na memória, para ser empregado em situações análogas.

Do latim, recebemos os termos *plici/plica/plicare*, que significam respectivamente ‘pregar’, ‘prega’, ‘dobrar’, gerando, por exemplo, o termo francês *plissé* e o português, *plissado*. De modo geral, as palavras que comportam essa raiz latina (*plici*) referem-se a algo que não é plano, nem liso, contendo dobras, protuberâncias, superfícies de difícil superação. Quando várias línguas neolatinas desejam significar alguma coisa de difícil execução ou de raro entendimento, utilizam-se da palavra ‘complicação’, cujo prefixo latino *cum* significa ‘junto com’ ou ‘ajuntamento’, permitindo designar algo ‘com muitas dobras’ ou algum tipo de evento, coisa ou ideia de difícil acesso, devido suas múltiplas características. Noutros casos, a demanda é pela diminuição ou eliminação das ‘dobras’ incompreensíveis, deixando de fora (*ex*) ou eliminando as *plici* – “explicação”.

A função clássica da linguagem e da razão é “explicar” o mundo. Mas, nesse ato de retirada da complexidade das coisas, a linguagem e a razão falsificam o mundo, criando uma simplificação ilusória da realidade, um mundo metafísico.

Destas mesmas raízes latinas, temos a palavra ‘simples’, que se compõe do prefixo *sin* (sem), somado à raiz *plici*, designando a ideia de algo “sem dobras”, “liso”, “plano” e de fácil acesso. ‘Simplificar’ é o mesmo que resumir a complexidade de algo real. Toda representação sgnica e simbólica são resumos objetivos daquilo que representam. De modo que a linguagem e a razão são simplificações artificiais do mundo para uso pessoal e coletivo (Dicionario etimológico online, 2021)

Grande parte das palavras que usamos cotidianamente não mantém vínculos necessários e suficientes com a realidade, porque são invenções arbitrárias da cultura. Quando as utilizamos para dizer aquilo que julgamos corresponder ao mundo real, muitas vezes estamos construindo simulacros fantásticos nos quais aprisionamos nossas mentes.

“Explicar” é uma forma inevitável de traição ao acontecimento, coisa ou ideia, que desejamos tornar compreensível. Quando “explicarmos”, estamos ‘alisando’ e ‘aplanando’ algo que realmente não é liso, nem plano. As “explicações” filosófico-científicas são o que comumente chamamos de pensamento organizado. Mas, tanto os conceitos, quanto sua organização lógico-linguística não correspondem à realidade do mundo, são simulacros do real produzidos pela cultura, num certo tempo e num certo lugar, para uso da comunicação entre as pessoas.



O pensamento por conceitos

Até meados do século XX, relacionar “arte” com conhecimento era um *nonsense* típico de gurus da *new age* dos anos 1960. Representantes das chamadas “ciências exatas”, cuja rigidez dos conceitos garantiam sua universalidade, olhavam para as artes com certa condescendência, atribuindo-lhe um humilde cubículo no edifício do conhecimento, em função da carência de exatidão² que marcam a obra de arte e o pensamento estético.

Mais de cinquenta anos depois de *Woodstock*, em nossos dias, a tecnociência já não está tão certa de sua exatidão, como tem seguidamente se valido da criatividade artística para compreender fenômenos que escapam da epistemologia tradicional.

Nesses últimos tempos nos convencemos de que qualquer conhecimento construído pelo homem se compõe de vários tipos de simulação do real – sejam simulações codificadas em signos que representam ideias sobre o real, como memórias de experiências sensoriais que simulam o relacionamento do real com o corpo. Porém, para o senso comum, a palavra ‘simulação’ ainda guarda uma conotação negativa, porque leva a pensar em pessoas (dis)simuladas que enganam os bem-intencionados e que simulacros de coisas reais se passam por verdadeiros para nos iludir.

A filosofia que se desenvolveu no ocidente tornou-se a mãe da tecnociência. Tanto a mãe como a filha sempre repudiaram e desconfiaram dos simulacros, preferindo autorizar certas representações simbólicas da realidade para configurar o real e comunicar seu conhecimento, em detrimento de outras *mimesis* menos confiáveis. Essa longa tradição de repúdio ao simulacro tem em Platão seu principal articulador. Em seus escritos, principalmente no livro *A república*, o filósofo ateniense chega a expulsar os artistas de seu governo ideal, pelo fato deles produzirem simulacros de coisas reais e imaginárias, na forma de pinturas, música, teatro, esculturas, gerando *mimesis* ilusórias que confundem a inteligência.

O conhecimento, segundo os platônicos (Plotino, Agostinho, Ficino, Tomás de Aquino, Descartes, Hegel), não provém de simulacros que mimetizam a realidade por meio de imagens, mas da pesquisa racional e intelectual sobre a essência das coisas, conduzindo à sua definição em categorias universais. Apenas dois sistemas de signos (verbal e matemático) teriam condições, segundo os platônicos, de representar fidedignamente as qualidades sensíveis e suprassensíveis do real, de modo a formar o único conhecimento que conduz o homem à verdade: o conhecimento lógico-racional.

² Proveniente do latim, a palavra *exactus* (exato) compõe-se da partícula *ex* (fora, ausência, negação) e do participio passado do verbo *agere*: *actus* (ação, movimento). A ‘exatidão’ das ciências implica um conhecimento formado na *ausência do movimento* do mundo. Somente quando a ciência consegue se evadir da assimetria, da irregularidade, obscuridade e vagueza do mundo real, ela pode apresentar resultados “exatos” e matematicamente perfeitos, a partir de equações simétricas e harmônicas, antecipadas pela ordem lógica do pensamento abstrato. Mas, a ciência só é exata quando sua atividade não corresponde ao mundo real, que é fluído e movediço. A ciência que leva em conta o mundo real não pode ser exata. ‘Exatidão’ é qualidade do que é perfeito, porque não se move: o perfeito não evolui, portanto, não se move. Em um mundo em que tudo evolui e se move, não pode haver qualquer exatidão.



A crença na superioridade cognitiva do verbo e do número manteve-se inalterada por centenas de anos, até o século XIX desta era, quando autores de diversos campos do pensamento e da ciência começaram a desconfiar da suposta neutralidade da linguagem.

Charles Darwin, em seu livro “A origem das espécies” (1859), comentou que muitos teóricos continuavam sustentando um cenário cartesiano onde ocorreriam as diferenças entre os homens e os demais animais: os humanos, portadores de um pensamento racional, enquanto os outros animais, incluindo-se aí os grandes macacos, seriam meras máquinas de estímulo-resposta, sem qualquer racionalização possível.

Essas ideias não eram sustentadas apenas por psicólogos behavioristas, mas também por muitos outros profundos pensadores e cientistas cognitivos. No entanto, esta é uma visão histórica que tem se provado incorreta, pois seus apoiadores se baseiam em uma teoria equivocada da evolução do pensamento.

A evolução do pensamento não segue uma linha que avança da simples associação até as complexas cognições, porém tem início em adaptações inflexíveis e especializadas, alcançando atividades individuais, autorreguladas e flexíveis, baseadas em representações cognitivas, inferências e automonitoramento. Pesquisas empíricas claramente demonstram que os grandes macacos operam de modo flexível, inteligente e autorregulado – e fazem isso sem linguagem verbal, cultura ou quaisquer outras formas humanas de sociabilidade. (Tomasello, 2014). “A forte associação que se faz do conhecimento com o pensamento e o raciocínio não é um fato, é uma crença cultural – um meme viralizado, alguns diriam – que nos confunde.” (Claxton, 2015: 3)

Emulando a visão platônica do real, por milênios, o pensador e o cientista ocidentais buscaram pela essência das coisas, evitando os fantasmas de suas imagens, os simulacros que supostamente iludem o incauto perscrutador. A busca pela essência das coisas – a partir de uma construção gramatical/matemática, sem vínculo direto com o real – criou uma série de escatologias geradoras de abstrações, que passaram a habitar as cabeças dos pensadores metafísicos, como parasitas ideológicos. Com o tempo, esses conceitos abstratos ganharam uma impressão de realidade muito mais forte do que as coisas reais.

A crença metafísica inverteu a lógica natural, de modo que este mundo foi transformado em um mero jogo de simulacros, enquanto as ideias abstratas dos filósofos criaram outro mundo de realidades essenciais, que se tornou “mais real” (o conhecido *ens realissimum*, da Escolástica) do que a realidade concreta deste mundo.

Essencialismo: efeito colateral da metafísica

A essência, para esses pensadores e cientistas, era capaz de ser não apenas detectada, mas também mensurada, tal como se procede com as coisas reais. Segundo o que se acreditava, a essência seria o conjunto definido das qualidades do ser, que habita todos os entes (indivíduos) da mesma categoria. Num exemplo, podemos dizer que a ‘cadeira ideal’ é a essência que habita o corpo de todas as cadeiras deste mundo. Assim, a “essência de cadeira”



não serve ao sofá, nem à poltrona ou à cama, ela é única. Se a essência da cadeira é única e só se comunica com seus próprios entes (as cadeiras existentes neste mundo), há uma essência para cada coisa, que é própria e insubstituível.

Até princípios do século XX, os físicos teóricos e experimentais não acreditavam em átomos, justamente porque eram essencialistas e pensavam que cada coisa existente tinha sua própria essência, não podendo compartilhar de qualidades categoriais com outros elementos ou coisas.

“A física moderna ainda era tão fortemente platônica, que a polêmica entre o atomismo clássico de Demócrito e o substancialismo essencialista de Platão sequer era considerada. A teoria de que a matéria consiste de átomos não era bem aceita por volta do século XIX. [...] Até que nas primeiras décadas do século XX, físicos como Einstein, J. J. Thompson e Niels Bohr, provaram de uma vez por todas que os átomos, de fato, existem”.

Norretranders, 1998: 17

A decepção sofrida pelos físicos platônicos, forçados a admitir que não existe uma essência para cada coisa, levou-os a aceitar o compartilhamento de átomos comuns a várias substâncias. Este foi um daqueles momentos a que Thomas Kuhn denominou de “quebra de paradigma”. Em uma pergunta: porque existem “quebra de paradigmas”, se os cientistas usam de métodos e provas abalizadas por cálculos racionais, de modo a garantir a previsibilidade de um fenômeno?

Talvez, uma resposta para isso seria afirmar que todo conhecimento é, antes de tudo, uma crença que se estabelece em nossa mente. A ciência também depende de crenças racionais. De que serve saber que existe a força gravitacional, se descrendo de sua existência deixo um prato de porcelana para flutuar no ar? Devo crer que se eu deixar um prato de porcelana para flutuar no ar, ele irá cair e se quebrar – preciso acreditar na ação gravitacional, para prever sua reação. Neste caso, a crença racional é útil, mas quando as crenças envelhecem deixam de auxiliar na compreensão da realidade.

De acordo com psicólogos evolucionistas e cognitivistas, nosso cérebro evoluiu para prever o futuro comportamento das coisas e eventos, de modo a planejar ações para tirar proveito dessa previsibilidade, em favor da vida. Toda lógica é composta de um conjunto de saberes que antecipam o comportamento de coisas e eventos. A observação das estrelas permitiu a construção de equipamentos capazes de prever seus movimentos e, assim, antecipar ações, plantar na primavera e colher no outono para ter alimento no inverno.

Sem acreditar que as coisas existem dentro de um movimento previsível – que se comportam quase sempre de uma determinada maneira –, os humanos não poderiam prosperar em seu meio ambiente.

Outra grande fonte de previsibilidade, que garante ao homem sentir-se protegido do caos da manifestação do mundo, é a linguagem humana. Quando se codificam palavras para representar coisas, eventos e ideias, utilizando-as em enunciações hierarquicamente



ordenadas, na forma de sujeito, predicado e verbo (gramática), permite-se uma grande previsibilidade com relação ao próprio pensamento e o pensamento do outro (teoria da mente), com quem partilhamos uma comunidade.

Todas as fontes de previsibilidade constituídas culturalmente emprestam ao humano paradigmas interpretativos das coisas e dos acontecimentos do mundo, permitindo estabilizar o caos do desconhecido, enquanto nos oferecem um sentido para o mundo.

Entretanto, todas as interpretações que fazemos acerca da previsibilidade das coisas se automatizam com o tempo e se tornam crenças poderosas, independentes dos fenômenos em razão dos quais foram criadas. Muitas vezes as crenças culturais evitam que percebamos novos fenômenos diferentes daqueles que costumávamos prever. Crenças poderosas se tornam paradigmas que, por sua vez, evoluem para símbolos culturais adotados permanentemente por uma comunidade. Quebras de paradigmas ocorrem quando os símbolos culturais não servem mais para explicar o novo mundo em que nos encontramos.

Melhor seria, se tivéssemos a possibilidade de conhecer diretamente as coisas, sem a intermediação dos sentidos, dos conceitos e dos símbolos. Mas os corpos humanos – embora sejamos parte deste mundo real – mantêm com as coisas e eventos um vínculo mediado por órgãos sensitivos, que nos permitem perceber apenas parte do real, obrigando-nos a imaginar como esse real pode ser, de fato. É a imaginação que une os pontos e tenta nos oferecer uma imagem aceitável do mundo, tal como ele provavelmente é. Imaginar é simular!

Nosso conhecimento do mundo é formado de simulacros que produzimos com a experiência de nosso corpo em meio ao ambiente real, assim como também por meio de interpretações de símbolos naturais e convencionais (estes últimos construídos pela cultura humana). Com o tempo, a força cognitiva dos símbolos e simulacros culturais foi se tornando tão decisiva para a comunicação humana, que sobreveio a antigos pensadores a ilusão de que os símbolos e simulacros não representavam as ideias humanas e as coisas do mundo, mas sim as essências das ideias e coisas habitantes de um mundo metafísico, transformado em modelo e meta deste mundo efêmero e provisório, onde vivemos nossas vidas, equivocados pelas aparências das imagens percebidas pelo corpo.

Antes que a teoria de Darwin se tornasse popular, ainda no século XIX, o essencialismo governava o mundo metafísico. Entendia-se que cada espécie detinha uma forma ideal e eterna, com propriedades definidas (essência), que a distinguiam de outras espécies (cada qual com suas próprias essências universais). Os eventuais desvios da forma ideal se deviam a erros ou acidentes, próprios da imperfeição material do mundo físico.

Pensemos num concurso entre cães, que visa identificar o ‘melhor’ exemplar entre um conjunto de competidores de determinada raça. Porém, os cães não competem diretamente entre si, mas são comparados pelos juízes em relação à maior proximidade de um modelo hipotético de cão. Quando Golden Retrievers competem, por exemplo, os juízes comparam cada competidor com o modelo ideal de um Golden Retriever. O cão tem o peso ideal? Suas pernas são simétricas ao desenho ideal? A relação do crânio com o corpo contém a medida ideal? A pelagem contém a cor ideal? Assim, quaisquer não-conformidades entre o espécime



e o modelo ideal de cão são consideradas ‘erros’, sendo que o cão com menor número de incompatibilidades com o modelo vence a competição. Pergunta: o modelo ideal de Golden Retriever foi extraído da natureza ou da cabeça dos juízes? – quando um conceito abstrato detém a autoridade de julgar a (in)correção de coisas reais, estamos falando de metafísica, mas também de preconceitos.

Até meados do século XX, vários pensadores ainda refletiam sobre este mundo, tal como em um concurso de cães. Se algum ente (indivíduo) apresentasse um detalhe estranho à medida ideal de sua espécie, o ‘erro’ se debitaria ao espécime, mas nunca ao modelo ideal (essência). (Barrett, 2017: 159)

Quando Charles Darwin começa a ser mais bem compreendido, as variações entre os indivíduos de uma espécie deixam de ser um erro, para se tornar uma adaptação ao ambiente. Toda população de animais guarda variações entre seus membros, pois algumas delas providenciam melhores adaptações às modificações do entorno, garantindo sobrevivência a indivíduos que diferem de seus pares e, por isso, se reproduzem mais que os outros. Essa é a teoria de Darwin em ação, conhecida como seleção natural ou a sobrevivência dos mais adaptado.

Cada espécie é uma população de indivíduos com características aproximadas, mas que diferem entre si, sem essência ou núcleo invariável. Nenhuma espécie persegue seu modelo ideal, projetado como meta de perfeição. Pelo contrário, quanto maiores as coincidências estatísticas dentre os espécimes, maiores os riscos de uma extinção geral, quando uma catástrofe se abate sobre todos – somente os diferentes sobrevivem. A teoria de Darwin se baseia na variação, enquanto o essencialismo se baseia na identidade. Essas duas concepções são profundamente antagônicas.

Mas, porque o essencialismo é uma ideia tão poderosa, a ponto de iludir grandes pensadores e cientistas, desorientando os avanços filosóficos e científicos? Como as essências não podem ser diretamente observadas, as pessoas se sentem livres para acreditar nelas, justamente porque não podem ser encontradas ou provadas. Também é fácil refutar um experimento que não detectou a essência: “Nem todas as instâncias do fenômeno foram vistas ainda.” Ou “a essência está lá, no fundo dessa complicada estrutura material, por isso não pôde ser alcançada.” Ou ainda: “nossos aparelhos e equipamentos não estão suficientemente desenvolvidos para encontrar a essência, mas um dia ela se revelará.” Esses argumentos esperançosos são logicamente impossíveis de serem refutados.

O essencialismo está vacinado contra evidências negativas. Por isso, ele altera o modo como a ciência é praticada. Quando cientistas acreditam em um mundo de essências que espera para ser descoberto, eles se devotam a encontrar esse fenômeno, numa busca interminável. (Barrett, 2017: 162)

O essencialismo parece ser uma herança de nossa construção psicológica. Os humanos criaram as categorias e as espécies para distinguir as coisas e aclarar o mundo naturalmente confuso e obscuro. Quando nomeamos essas categorias e espécies com palavras, como ‘cão’ ou ‘cadeira’, as transformamos em representações das coisas e ideias. Um dos efeitos



colaterais da estratégia de representação da linguagem verbal resulta numa confusão mental entre a palavra (representação da coisa) e a coisa representada: muitos de nós passam a crer mais na palavra que no mundo que ela nomeia. Ou pior ainda: muitos acreditam que a palavra pode gerar realidades, quando utilizadas em orações, maldições, feitiços, como é comum se encontrar em tradições antigas, como a cabala ou mesmo a bíblia judaico-cristã – Deus teria criado o mundo proferindo palavras de poder: “*Fiat luz*”!

Essências verbais

As palavras é uma maravilhosa invenção humana, mas ela também é uma forma de barganha faustiana com nosso cérebro. As mesmas palavras que nos ajudam a conhecer os fenômenos, confundem-nos fazendo acreditar que as categorias (conceitos) coincidem com as reais fronteiras do mundo.

“A visão clássica dos conceitos crê que as categorias têm fronteiras definidas. Elementos da categoria “abelha” jamais se encontram na categoria “pássaro”. Por essa visão, qualquer unidade é uma boa representante de sua categoria. Qualquer abelha é uma representante, assim por diante, porque todas as abelhas têm algo em comum. (...) Qualquer variação de abelha para abelha deve ser considerada irrelevante, pelo fato de que todas são abelhas. (...) Esses conceitos clássicos dominaram a filosofia, biologia, psicologia desde a antiguidade até os anos 1970. Na vida real, os elementos de uma categoria variam tremendamente, uns dos outros. (...) Além de que alguns elementos de uma categoria são mais representativos que outros: ninguém denominaria um pinguim como representante dos pássaros. Nos anos 1970, as visões clássicas dos conceitos finalmente colapsaram. (...) E das cinzas dos conceitos clássicos uma nova visão surgiu. Ela diz que um conceito é representado no cérebro como o melhor exemplo de sua categoria, agora conhecido como ‘protótipo’”.

Barrett, 2017: 88

Por exemplo, o pássaro prototípico tem penas, asas e pode voar. Mas, nem todos os entes da categoria “pássaro” possuem essas características, como os pinguins e as emas, embora ainda sejam pássaros. Variações em relação ao protótipo são perfeitamente aceitáveis, desde que não sejam muitas: uma abelha ainda não é um pássaro. Por essa visão, o cérebro representa um conceito por um protótipo, que pode ser o mais frequente exemplo de uma classe, porque detém a maioria das características da categoria. (Barrett, 2017: 89). Contudo, o que se entendeu de vez é que protótipos são médias, diferentemente dos conceitos, que são metas utópicas.

O cacoete do essencialismo, o modo de pensar típico do senso comum ocidental, é um fenômeno de difícil resolução, porque está baseado na universalidade das palavras substantivas. Todo substantivo é o rótulo de um conceito, que se compõe de um conjunto necessário e suficiente de qualidades impostas a entes existentes ou abstratos. A força do



essencialismo reside na crença de que a palavra substantiva, como o signo de um conceito, fornece existência aos entes.

No entanto, a generalidade característica da linguagem verbal não representa sua força, mas sua fragilidade. Como no mundo, cada uma e todas as coisas são singulares, a construção artificial de um conceito que abrange entes *essencialmente iguais* é uma quimera inventada pela linguagem, para enfrentar sua incapacidade de nomear cada uma e todas as coisas particulares existentes no mundo.

Por exemplo, o substantivo ‘cadeira’ é um conceito, cujas qualidades necessárias e suficientes são: elemento do mobiliário, composto de pernas, assento, encosto, cuja função é acomodar o corpo humano. De acordo com a linguagem verbal, todas as coisas às quais se possam atribuir essas qualidades acima mencionadas, devemos nominá-las de ‘cadeira’, excluindo seus acidentes, tais como sua estrutura de ferro, madeira ou plástico, sua cor branca, bege ou azul, sua idade, estilo, estado etc. Ao abolir as características materiais de uma cadeira singular, o conceito universaliza suas qualidades abstratas, fazendo crer ao usuário da linguagem verbal que existe, de fato, uma ‘essência’ de cadeira, aplicável a todas as coisas que parecem possuí-las.

Infelizmente, o cacoete do essencialismo fica mais perigoso, quando a vida humana passa a ser regida por sua ideologia. A começar pela disputa sobre quais características compõem a essência de humanidade. Conforme o lugar e o tempo, o conceito (essência) de humano varia, produzindo o que conhecemos por preconceito e xenofobia.

A ideia de um humano normal, por exemplo, pode transformar diversidade em crime. Os sistemas legais estão repletos de pre-conceitos que privilegiam ilusões essenciais, como é o caso da crença de que todos os humanos devem ser iguais, pois partilham do mesmo conceito de ‘humanidade’. Contudo, o objetivo da justiça não é igualar a todos, mas tratar os desiguais, desigualmente: os cidadãos frágeis, por exemplo, devem obter mais proteção que os fortes.

Por quaisquer medidas e estatísticas que tentamos medir a humanidade, verificamos uma imensa distribuição de características singulares como empatia, inteligência, habilidades esportivas, agressividade e talentos especiais para piano ou xadrez. As pessoas não são iguais. A variabilidade entre os seres humanos, tal como entre quaisquer outras espécies animais, é um recurso fundamental da evolução das espécies. Em cada geração, a natureza cria variedades em todos os indivíduos, com o objetivo de gerar espécimes mais adaptados ao ambiente, que sempre está em constante transformação. Caso sobrevenha uma catástrofe que elimine uma espécie, uma pandemia, os indivíduos diversificados sobrevivem ao se adaptarem à nova realidade natural.

Entretanto, apesar de ser um recurso indispensável em favor do sucesso das espécies, a diversidade promovida pela evolução causa problemas entre os humanos, especialmente no que se refere às noções generalistas de nossos sistemas legais, construídos sob a crença na igual capacidade de todos os humanos em tomar “decisões normais”, controlar impulsos e compreender as consequências de seus atos. Mesmo admirável, o conceito de igualdade entre os humanos simplesmente não procede. Por outro lado, prestemos atenção ao fato de que



diversidade não implica hierarquia – diferenças são fenômenos inclassificáveis, pois não se tem como medir quando a diversidade é boa, má, bela, feia, certa ou errada. Até a lógica mais básica sabe que só podemos comparar entes de uma mesma categoria – esta faca é mais afiada que aquela –, mas não se pode comparar coisas diferentes: esta colher é mais útil que aquele garfo.

Muitos argumentam que, embora a igualdade humana seja apenas um mito, essa ideia é socialmente útil, por se tratar de uma poderosa ferramenta de estabilidade e ordenamento social. No entanto, é preciso considerar que as pessoas não chegam ao mundo nas mesmas condições, nem com as mesmas disposições. Suas histórias pessoais moldam seus comportamentos e pensamentos. Tanto é assim que a legislação aceita parcialmente essa diversidade. A lei difere sua aplicação dependendo da idade, do sexo, da saúde, das condições de conhecimento dos fatos, circunstâncias aleatórias, atenuantes, agravantes etc.

Com diferentes genes e diversas experiências de vida, as pessoas podem ser tão diferentes interna, quanto externamente. As neurociências recomendam entender as pessoas dentro de um largo espectro de características de uma média prototípica, ao invés de um conceito generalizante e invariável. (Eagleman, 2011: 193)

Pode-se dizer que a força do essencialismo reside na necessidade psicológica de satisfazer um desejo de estabilidade e pacificação do mundo, diante da impermanência do real, que existe em inconstante devir. O mundo real nunca se repete, as coisas sempre vêm a ser outras, deixando de ser o que eram.

Nos moldes do pensamento tradicional, o mundo realmente existente carece de sentido, na medida em que o significativo (o mundo realmente existente) sempre está se transformando, impedindo assim o estabelecimento de um significado definitivo, de um sentido mais permanente, que só pode existir em outro mundo capaz de ser sempre o mesmo – o mundo metafísico.

“Esta impossibilidade de se repetir resume, aliás, a característica do sensível e sublinha, ao mesmo tempo, a sua finitude. Jamais poder “restituir” a coisa é justamente a marca do que o sensível, abandonado a si mesmo, tem de constitucionalmente insatisfatório”.

Rosset, 2008: 60

Assim, podemos entender o essencialismo dos antigos como uma reação psicológica à fragilidade de seus conceitos, pois como pode a verdade se estabelecer em um mundo movido? Foi preciso criar um outro mundo além deste realmente existente, para estabilizar a verdade. Um mundo metafísico onde se pode fixar as essências em eterna coincidência consigo mesmas. Mas, quando I. Kant, lá no século XVIII, afirmou a impossibilidade de se conhecer “as coisas em si mesmas”, condenando-nos à relatividade do conhecimento e, portanto, da verdade, o filósofo prussiano implode as posições essencialistas. No século seguinte, F. Nietzsche martela o último prego no caixão da metafísica, apontando a essência como uma fantasia da linguagem, desfazendo o mundo suprassensível, onde se refugiavam os conceitos universais sobre as coisas.



O descredenciamento do essencialismo no campo do pensamento contemporâneo não foi uma simples quebra de paradigma, mas uma hecatombe filosófica. Com o fim do mundo metafísico, a joia da coroa essencialista – a verdade – virou bijuteria barata à venda, na forma de *fake news*, por pregadores de púlpitos e de palanques.

E hoje?

A constatação de que não há essências, de que não há hierarquia metafísica do ser que mantenha a razão humana no topo da sabedoria, causou um desencanto certamente infundado. Nós continuamos em frente, descobrindo novas dimensões, maravilhando-nos com o universo, sob as lentes de nossos telescópios e microscópios – sempre há muito o que fazer e conhecer. Quando Galileu afirmou que giramos em torno do sol e que a Terra não é o centro do universo, antes de nos decepcionar, fomos presenteados com a maravilhosa realidade em nossa volta. Ao sermos destronados por Darwin, de nossa fictícia posição privilegiada no topo da criação, fomos brindados com nossa participação em um ambiente natural, porém fantástico.

Encontramo-nos em um tempo em que devemos abolir os resíduos de essencialismo e toda sua metafísica, que ainda povoa a cabeça do senso comum, para nos alegrar com a total ausência de sentido do mundo, que nos permite a admirável liberdade de construir, por nós mesmos, os sentidos de nossas existências, a partir da singularidade das diferenças, livrando-nos, também, da tirania da identidade artificial dos conceitos universais.

Com o descredenciamento do essencialismo, com o abandono do mundo suprasensível e a superação da metafísica, estamos redescobrimo o real, tal como os gregos trágicos o concebiam: obscuro, confuso, enigmático, mas sensível o suficiente para fundamentarmos em sua existência um novo pensamento hibridizado pelas linguagens não-verbais das mídias contemporâneas, que não nos entregam conceitos universais, mas imagens, sons e movimentos do real, privilegiando cognições (conhecimentos) antes menosprezadas pela vetusta racionalidade dos antigos. Curiosamente, foi preciso retornar à aurora do ocidente, com os pensadores pré-socráticos e os sofistas, para redescobrirmos o real e abrirmos outra etapa de desenvolvimento para a humanidade. Seja bem-vinda a destruição criadora do novo mundo.

Referências

Barrenechea, M. A.; Casanova, M. A.; Dias, R. Feitosa, C. (organizadores), (2001). *Assim falou Nietzsche III*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

Barrett, L., (2017). *How emotions are made: the secret life of the brain*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt.



Claxton, G., (2015). *Intelligence in the flesh: why your mind needs your body much more than it thinks*. Londres: Yale University Press.

DIZIONARIO ETIMOLOGICO ONLINE. <https://www.etimo.it/> Acessado em 20 de julho de 2021.

Eagleman, D., (2014). *Incognito: the secret lives of the brain*. New York: Random House.

Kahn, C., (2009). *A arte e o pensamento de Heráclito: uma edição dos fragmentos com tradução e comentário*. São Paulo: Paulus.

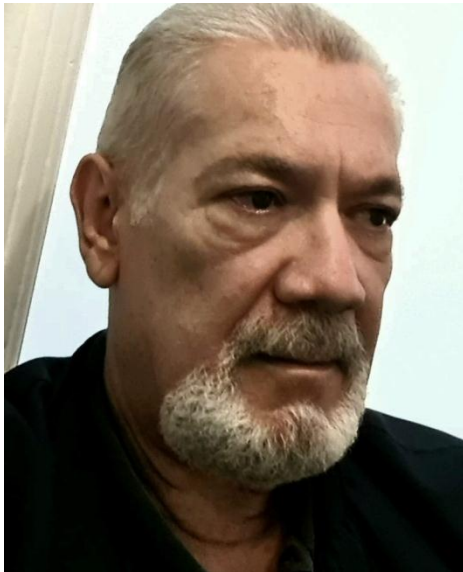
Nietzsche, F., (2020). *O nascimento da tragédia*. São Paulo: Editora Companhia de Bolso.

Norretranders, T., (1998). *The user illusion: cutting consciousness down to size*. New York: Penguin Books.

Onfray, M., (2008). *Contra-História da Filosofia 1: as sabedorias antigas*. São Paulo: Martins Fontes.

Rosset, C., (2008). *O real e seu duplo: ensaio sobre a ilusão*. Rio de Janeiro: José Olímpio.

Tomasello, M., (2014). *A natural history of human thinking*. London: Harvard University Press.



Marcos H. Camargo

Especialista em História do Pensamento Contemporâneo (PUC-PR, 1987). Especialista em Economia e Sociologia (PUC-PR, 1988). Mestre em Comunicação e Linguagens (UTP, 2003). Doutor em Artes Visuais (IAR-UNICAMP, 2010). Pós-doutor pela Escola de Comunicação (UFRJ, 2015). Professor de Graduação de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade (UTP, 2004-2006). Professor de Graduação em Cinema e Audiovisual, Artes Cênicas, Música e Dança (Campus de Curitiba II – UNESPAR, desde 2006). Coordenador do Curso de Graduação em Cinema e Audiovisual (2011-2013). Chefe da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação do Campus de Curitiba II (UNESPAR, 2014-2018). Professor de Pós-graduação stricto sensu do Mestrado Profissional em Artes (Campus de Curitiba II, UNESPAR, desde 2018). Pesquisador nas áreas de Filosofia, Estética e Semiótica. Autor do livro: *Cognição estética: o complexo de Dante*. São Paulo: Annablume, 2013; e do livro: *Formas diabólicas: ensaios sobre cognição estética*. Londrina: Syntagma, 2017